

O governo municipal sob o comando do prefeito Jonas Donizete decidiu por realizarem uma concessão administrativa, para a prestação de serviços públicos integrados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, em conformidade com a lei municipal de PPP, lei federal de PPP, lei federal de saneamento, plano de resíduos sólidos e, no que foi aplicável, pela lei de concessão, pela lei de licitações e demais normas que regem a matéria.

O tratamento de resíduos sólidos é hoje, não só uma obrigatoriedade legal, mas mais do que isso, uma necessidade sustentável para a sobrevivência do planeta e da sociedade. Não tratar resíduos significa, necessariamente liberar para a atmosfera, os chamados gases de efeito estufa, como gás metano, gás carbônico, óxido nitroso, entre outros, que comprovadamente causam sérios danos à camada de ozônio, que protege o planeta da incidência dos raios solares, provocando o chamado efeito estufa, que também, de forma comprovada, mudou o clima no mundo, criando situações adversas à produção de alimentos, às secas, às tempestades, entre outros sérios transtornos meteorológicos. Isso tudo implica em desarranjos na organização sócio econômica do mundo.

As matérias primas, como fator de produção econômica, começam a ficar escassas, pela simples razão de que são finitas. Dessa forma, fica cada vez mais clara a necessidade do reaproveitamento dos materiais passíveis de serem reciclados, com o objetivo de que voltem ao processo inicial da cadeia de produção, como matéria-prima reciclada. Nesse sentido vem o papel importantíssimo da logística reversa, que obriga o sistema produtivo a atuar no pós consumo, buscando esses materiais, quando classificados como inservíveis, para que sejam reprocessados e voltem a compor a cadeia de produção, valorizando a economia dos materiais, eliminando os lixões e aterros sanitários, purificando o meio ambiente, criando emprego e renda e, portanto, estabelecendo uma relação de produção e consumo sustentável.

1985 foi um marco importantíssimo na gestão de resíduos sólidos em Campinas. No momento em que não havia regramentos legais para isso, a cidade de Campinas dava um exemplo de cidadania e inclusão tecnológica, quando encerra o lixão da Pirelli e inicia o aterro energético do Santa Bárbara, com o aproveitamento do gás metano purificado, nos caminhões da coleta de lixo e até em alguns caminhões da CPFL, que era um parceiro nesse projeto. Foi pelas mãos do saudoso prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, que Campinas colocou um fim aos lixões à céu aberto. Em 1993, novamente prefeito de Campinas, Magalhães Teixeira implanta o complexo Delta, uma área na região noroeste da cidade destinada à tratar todos os tipos de Resíduos Sólidos, com 1º aterro a ter EIA RIMA no Brasil. Faz uma concorrência internacional para implantar processos tecnológicos de tratamento de resíduos, com o caráter central de reciclagem mecânica, biológica e energética. Esse processo licitatório que chegou ao fim, adjudicando a concessão ao consórcio internacional denominado ecoutil, foi sepultado pela gestão seguinte, permanecendo, no entanto, o aterro sanitário Delta A, a Usina de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e o tratamento de resíduos do serviço de saúde. O aterro Delta A recebeu resíduos de Campinas até abril de 2014; estando agora na fase

de encerramento e os resíduos sendo transportados para outro aterro privado em outro município.

Nesse estado das coisas, a administração municipal decide pela concessão do Sistema Integrado de Limpeza Urbana, para a necessidade de investimentos imobilizados que poderão chegar à casa de 900 milhões de reais; cifra impossível de ser apontada pelo tesouro municipal, num espaço curto de tempo. Somente a iniciativa privada, devidamente consorciada, é que poderá buscar esses recursos e aponta-los rapidamente nas usinas de tratamento de resíduos e também nos mecanismos operacionais, envolvidas as cooperativas de catadores, que deverão receber toda a assistência econômica/financeira e operacional, com o objetivo de ampliar o volume reciclado hoje, da ordem de 2,5%, para 10% ou mais, percorrendo buscar os números de países desenvolvidos.

Não é tarefa fácil, sem dúvidas que todos, enfrentaremos muitas dificuldades nos processos de transformações, mas será um grande desafio a ser debelado, uma vez que, toda mudança gera novos hábitos, mas certamente gerará um novo paradigma para Campinas, região metropolitana e, quiça para o Brasil.

Desta forma, a união de esforços do governo municipal, da sociedade civil, da indústria e comércio, das cooperativas de materiais recicláveis, da área política-democrática, é que fará a diferença.

Tratar o lixo é um ato de cidadania e seus efeitos reverterão em benefícios para o meio ambiente, e conseqüentemente para a nossa população, em especial para as gerações futuras!

QUESTIONAMENTOS DA PPP

ASSUNTO: Cooperativas/Catadores

Nome	Jéssica Cristina Rosa
E-mail	Jessicarosa1996@gmail.com
Origem	Munícipe
Questionamento	<p>Qual a preocupação do projeto em respeitar a Política Nacional de Resíduos Sólidos? Como?</p> <p>Como o projeto se preocupa em garantir o emprego e a qualidade de vida dos catadores e catadoras de material reciclável tendo em vista que é deles o papel protagonista no processo de reciclagem dos resíduos?</p> <p>Quais os dados de impacto ambiental do CDR em outros países?</p> <p>O projeto é justamente para atender a Política Nacional de Resíduos Sólidos, seguindo a hierarquização dos resíduos criada pela política conforme seu artigo 9º e reforçando o papel dos catadores de material recicláveis por meio das cooperativas no sistema de tratamento de resíduos sólidos urbanos no município de Campinas.</p> <p>As cooperativas de recicláveis serão contemplados por meio de investimentos em infra-estrutura e segurança do trabalho, treinamentos, ampliação da capacidade de processamento nas cooperativas, ampliação da coleta seletiva e transferência da coleta seletiva para as cooperativas de acordo com a capacidade de cada cooperativa.</p> <p>O CDR é utilizado em processo de recuperação energética. As emissões atmosféricas são objeto de regulações que variam de lugar para lugar. A CETESB possui legislação específica sobre o tema para segurança ambiental. RESOLUÇÃO SMA Nº 38, DE 31 DE MAIO DE 2017.</p>

Nome	Yasmin Gomes
E-mail	yasmin_nery@hotmail.com
Origem	Munícipe
Questionamento	<p>As cooperativas de catadores serão incluídos no projeto da PPP? De que forma?</p> <p>Como já dito acima , eles serão contemplados por meio de investimentos em infra-estrutura e segurança do trabalho, treinamentos, ampliação da capacidade de processamento nas cooperativas, ampliação da coleta seletiva e transferência da coleta seletiva para as cooperativas de acordo com a capacidade de cada cooperativa.</p>

Nome	Eliana Maria Deschamps Ferreira
E-mail	eliana_maria.123@hotmail.com
Origem	Cooperativa Nossa Sra. Aparecida
Questionamento	<p>Eu gostaria de saber, que garantia nós como cooperativas e trabalhadores da área teríamos de não ser prejudicados?</p> <p>A Política Nacional de Resíduos Sólidos cita na maioria dos seus artigos os catadores e que eles são essenciais para o processamento de resíduos sólidos urbanos. A PPP está em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, portanto os catadores e as cooperativas de recicláveis estarão protegidos dentro do novo modelo.</p> <p>Como já dito acima, eles serão contemplados por meio de investimentos em infra-estrutura e segurança do trabalho, treinamentos, ampliação da capacidade de processamento nas cooperativas, ampliação da coleta seletiva e transferência da coleta seletiva para as cooperativas de acordo com a capacidade de cada cooperativa.</p>

Nome	Maria Lúcia
E-mail	danzul@uol.com.br
Origem	Não informado
Questionamento	<p>Por que 30 anos e não 5 anos? (Lei Federal 11079 de dez/2004) Já que a inovação tecnológica muda os processos? Por que queimar os Resíduos Sólidos quando há muito que ser aproveitado dos materiais recicláveis conscientizar a população garantir trabalho para os catadores e respeitar a Lei 12305/2010? Qual o prazo para contratar os catadores? Hoje nem RS mais estão sendo enviados às cooperativas.</p> <p>Investimentos em mobiliários urbanos, como as usinas de processamento possuem tempos de depreciações longos e o investimento só se justificam por períodos de longa duração. Assim como os investimentos que serão feitos nas cooperativas, maquinário, infraestrutura entra outros.</p> <p>Não serão queimados os resíduos sólidos, no final de todo o processo, os materiais que não foram aproveitados pelas cooperativas e os materiais que não forem passíveis de reciclagem, serão transformados em CDR para geração de energia.</p> <p>O prazo de contratação depende de cada cooperativa, atualmente a prefeitura de Campinas já tem cooperativas contratadas, mas algumas ainda não atendem demandas documentais.</p>

Nome	Não informado
E-mail	Não informado
Origem	Cooperativa Aliança
Questionamento	<p>Qual o tipo de apoio e ampliação que vão dar as cooperativas? Sendo que as contratações não foram efetuadas.</p> <p>Como já dito acima, elas serão contempladas por meio de investimentos em infra-estrutura e segurança do trabalho, treinamentos, ampliação da capacidade de processamento nas cooperativas, ampliação da coleta seletiva e transferência da coleta seletiva para as cooperativas de acordo com a capacidade de cada cooperativa.</p> <p>O prazo de contratação depende de cada cooperativa, atualmente a prefeitura de Campinas já tem cooperativas contratadas, mas algumas ainda não atendem demandas documentais.</p>

Nome	Rebeca Moraes
E-mail	Rebeca.moraes@live.com
Origem	Não informado
Questionamento	<p>Qual o tipo de apoio a concessionária deverá dispor às cooperativas de reciclagem, caso seja aprovada a PPP? Quais as garantias que as cooperativas terão de compromisso da concessionária e da Prefeitura? Onde poderemos, enquanto população e cooperativas, cobrar o poder público e a concessionária?</p> <p>Como já dito acima, elas serão contempladas por meio de investimentos em infra-estrutura e segurança do trabalho, treinamentos, ampliação da capacidade de processamento nas cooperativas, ampliação da coleta seletiva e transferência da coleta seletiva para as cooperativas de acordo com a capacidade de cada cooperativa.</p> <p>Todo munícipe e cidadão interessado terão acesso às ações da concessionária por meio de um portal, onde haverá canais de comunicação como 0800 e outros. A prefeitura de Campinas já possui outros canais de comunicação como 156, ouvidoria e aplicativo Portal Cidadão.</p>

Nome	Emília Wanda Rutkowski
E-mail	emilia@fec.unicamp.br
Origem	Fórum Lixo e Cidadania RMC Fluxos/Fec/Unicamp
Questionamento	<p>Se os recicláveis são para as cooperativas como eles também compõem a receita do PPISTA?</p> <p>O edital licitatório abordará o balanço de massa do sistema, cujas contribuições e sugestão recebidas estarão consideradas e devidamente publicadas para as questões e os esclarecimentos.</p> <p>No caso cotado, os recicláveis mencionados estarão abordados nas receitas acessórias advindas deste sistema.</p>

Nome	Emília Wanda Rutkowski
E-mail	emilia@fec.unicamp
Origem	Fluxus/FEC/Unicamp
Questionamento	<p>“As cooperativas não são a engrenagem mais importante, mas estarão presentes. [...] Nós vamos perseguir isso, palavras do Engenheiro Alexandre. Como a prefeitura pretende “perseguir” a demanda da PNRS em relação às cooperativas? Nos documentos disponibilizados no site da SSP não deixa muito claro como será esse processo.</p> <p>O novo sistema tem como premissa básica a reciclagem máxima dos RSD, através de educação ambiental, aumento da área abrangida pela coleta seletiva, aumento dos pontos de entrega voluntária – PEV e dos ecopontos, otimização do processo de coleta de recicláveis, além dos investimentos e custeios para as cooperativas de recicláveis.</p>

Nome	Tereza Penteado
E-mail	croquimolduras@mpc.com.br
Origem	Não informado
Questionamento	<p>Solicito a apresentação dos itens que citam o que o Sr. Paulela afirmou, ou seja, que as cooperativas deverão receber toda assistência econômica, financeira e operacional.</p> <p>Estes quantitativos estarão devidamente abordados no Edital Licitatório, que considerará as contribuições e sugestões recebidas. Este edital será objeto de publicação conforme legislação vigente, para as devidas questões e esclarecimentos.</p>

Nome	José Ronaldo Fernandes
E-mail	joseronaldofernandes@yahoo.com.br
Origem	Não informado
Questionamento	<p>Sobre Modelo:</p> <ul style="list-style-type: none"> -O índice de reciclagens deve ser 20% e não 10% para ser coerente com petais PGRS e o CDR não concorrer com a seletiva. -As cooperativas devem participar das rendas assessoriais com participação na gestão de fundo a ser criado. <p>As metas de reciclagem serão compatíveis com as metas do Plano Municipal de Resíduos Sólido, 10% é a meta para a usina de tratamento mecânico biológico, haverá também a meta para coleta seletiva que irá para as cooperativas como também para as</p>

	<p>demais etapas do novo sistema – CIVAR. O CDR não irá concorrer com a seletiva, pois ele está no final do processo e só irá receber material não passível de reciclagem, o refugo ou rejeito.</p> <p>As cooperativas estarão contempladas nas receitas assessorias dos materiais recicláveis, parte do fundo será para apoio financeiro delas.</p>
--	--

Nome	José Ronaldo S. Fernandes
E-mail	joseronaldofernandes@yahoo.com.br
Origem	Reciclável
Questionamento	<p>Por que a profunda contradição entre a prática em relação às cooperativas (kit, contratação, plano de gestão RSU – recicláveis, PGIRS) e o termo de referência e contratos publicado? O termo será reescrito? Nova audiência?</p> <p>Necessidade urgente de consolidar o papel das cooperativas através da lei.</p> <p>Os documentos publicados, como também a audiência pública, tem o caráter de colher as sugestões e críticas, as quais estarão consolidadas no edital licitatório, que também será publicado para os devidos esclarecimentos e questões.</p>

Nome	José Ronaldo S Fernandes
E-mail	joseronaldofernandes@yahoo.com.br
Origem	Munícipe
Questionamento	<p>Não encontrei nada no termo de referência e contrato sobre o investimento nas cooperativas. O plano de gestão de recicláveis 2018-2032 prevê investimento de 32 milhões.</p> <p>Os quantitativos a serem consolidados estarão contidos no edital licitatório, que será publicado para os devidos esclarecimentos e questões. As contribuições trazidas sobre este assunto serão devidamente consideradas neste edital.</p>

ASSUNTO: Coleta Mecanizada

Nome	Eduardo Urbano
E-mail	edu.urbano@hotmail.com
Origem	Munícipe
Questionamento	<p>A coleta mecanizada dos resíduos domiciliares será implantada em outros bairros do município?</p> <p>Sim, a coleta mecanizada será ampliada nos 10 primeiros anos da concessão para todas as áreas onde seja possível a sua implantação.</p>

ASSUNTO: Coleta Seletiva

Nome	Eng. Gilberto Valverde Carneiro
E-mail	g.valverde@uol.com.br
Origem	SEPALIX
Questionamento	<p>O poder público pretende cobrar a taxa de lixo que contemple coletas, triagem, tratamento e destinação mínima.</p> <p>O poder público incorporou a gravimetria da coleta seletiva e coleta de orgânico na PPP para compor o investimento e metas da PPP.</p> <p>Atualmente já existe a taxa de lixo cobrada no IPTU a qual já contempla todo o processo dos resíduos sólidos urbanos, conforme prevê a lei federal e saneamento básico..</p> <p>Sim a gravimetria foi incorporada para compor os investimentos e metas.</p>

Nome	Gilberto Valverde Carneiro
E-mail	g.valverde@uol.com.br
Origem	SEPALIX
Questionamento	<p>Quais as metas na PPP para:</p> <ul style="list-style-type: none">-A redução de massa de aterro?-Coleta Seletiva-% de triagem da seletiva e coleta domiciliar-Eficiência das cooperativas <p>Os quantitativos a serem consolidados estarão contidos no edital licitatório, que será publicado para os devidos esclarecimentos e questões. As contribuições trazidas sobre este assunto serão devidamente consideradas neste edital.</p>

ASSUNTO: Disponibilização da Apresentação/Estudos

Nome	Emília Wanda Rutkowski
E-mail	emilia@fec.unicamp
Origem	Fluxus/FEC/Unicamp
Questionamento	<p>Foi impossível ler as pranchas apresentadas. A PMC deveria ter tomado o cuidado de dimensionar suas informações de modo que para além das 5 primeiras fileiras do salão vermelho.</p> <p>Teremos acesso a essa apresentação e as fontes de referência das informações?</p> <p>As apresentações desta audiência pública já foram disponibilizadas no site da Prefeitura de Campinas, na página Da Secretaria Municipal de Serviços Públicos.</p>

Nome	Tereza Penteado
E-mail	info@resgatecambui.org.br
Origem	ONG Movimento Resgate o Cambuí
Questionamento	Causa estranheza os estudos da PPP não estarem disponibilizados no site. Dessa maneira não pudemos analisar os estudos e compará-los com o edital e outras informações fornecidas pela prefeitura. Pergunto se isso não seria motivo para cancelamento do processo, pois não foi possível a participação efetiva da população. Esta solicitação está sendo providenciada mediante consulta anterior recebida.

ASSUNTO: Ecopontos

Nome	Jeferson Alues Bicalho
E-mail	jefersonalvesbicalho@gmail.com
Origem	Não informado
Questionamento	Está previsto a construção de novos Ecopontos na cidade? Quantos? Prevê-se q construção de 40 novos nos primeiros 20 anos da concessão.

ASSUNTO: CDR

Nome	Emília Wanda Rutkowski
E-mail	emilia@fec.unicamp.br
Origem	Fórum Lixo e Cidadania RMC Fluxos/Fec/Unicamp
Questionamento	Qual a vantagem de transformar madeira em CDR como mencionado na apresentação? Trata-se de material que, se incorporado ao CDR, potencializa o seu poder calorífico e teor de umidade.

Nome	José Baldino Schneider Vasconcelos
E-mail	zebaldino@gmail.com
Origem	Não informado
Questionamento	Qual é a utilização mais usual do CDR em outros países? Trata-se uma nova matriz energética, em substituição às atuais.

Nome	Maria Celeste Piva
E-mail	mariacelestepiva@gmail.com
Origem	Fórum Lixo e Cidadania
Questionamento	<p>Por que produzir CDR? Por que colocar caminhão compactador para a coleta de materiais recicláveis?</p> <p>Esta rota tecnológica foi trazida aos munícipes para consulta pública. O serviço previsto nos estudos é a mecanização da coleta de recicláveis, de forma a aumentar a sua eficiência.</p>

ASSUNTO: Logística Reversa

Nome	Daniel
E-mail	Não informado
Origem	Munícipe
Questionamento	<p>A política nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº12305/2010) prevê entre outros assuntos, a logística reversa de embalagens e diversos produtos após o término de sua vida útil. Como o contrato da PPP irá inserir a logística reversa na cidade?</p> <p>Esta Lei Federal prevê que a logística reversa seja objeto de atendimento pelos setores produtivos, comerciantes e importadores.</p>

ASSUNTO: Compostagem

Nome	Letícia Theotonio
E-mail	ltheotonio@solvi.com
Origem	Solvi
Questionamento	<p>O edital requer tecnologias complexas. Na atestação cobrada não há definição de quantitativos mínimos, como no caso da compostagem? Gostaria de entender porque é necessário registro no CREA das empresas e no que tange a tecnologia o edital não define parâmetros de atestação referente a tecnologia. Por favor, comente.</p> <p>Esta sugestão certamente será considerada no edital licitatório, através dos documentos de habilitação técnica e de garantia de desempenho dos equipamentos a serem fornecidos para o tratamento dos RSU.</p>

ASSUNTO: Diversos

Nome	Emília Wanda Rutkowski
E-mail	emilia@fec.unicamp.br
Origem	Fórum Lixo e Cidadania RMC Fluxos/Fec/Unicamp
Questionamento	<p>A composição gravimétrica é um estudo de tendência? Se não quando foi formalizado o estudo que serviu de subsídio para o processo da PPP? Foram realizadas amostras de quais refeições da cidade?</p> <p>O estudo gravimétrico considerou a gravimetria dos RSU que são realizadas semestralmente atualmente no atual sistema de gestão de RSU.</p>

Nome	Emília Wanda Rutkowski
E-mail	emilia@fec.unicamp
Origem	Fluxus/FEC/Unicamp
Questionamento	<p>Em anexo, incluso o documento já encaminhado pelo fórum Lixo e cidadania RMC para que possa ser devidamente respondido.</p> <p>Obrigado pelo envio, este material serão consideradas quando da elaboração do edital licitatório, o qual será devidamente publicado para as questões e esclarecimentos necessários.</p>

Nome	Maria Ap. Possatto
E-mail	mapossatto@gmail.com
Origem	Não informado
Questionamento	<p>No item 28.11 da minuta do contrato, estabelece que “o poder concedente segrega recursos disponíveis de sua titularidade em um valor equivalente a XXX contraprestações públicas mensais, a fim de garantir o pagamento das parcelas de contraprestações públicas.</p> <p>Sugiro: Sabendo que essas contraprestações serão utilizadas para fins de composição das garantias do fundo garantidor e levando em consideração que a proposição de número de parcelas que referencia abaixo, já são utilizados com diversos processos do mesmo modelo – PPP.</p> <p>Estas questões estão em fase de definição, devendo ser publicadas no edital licitatório em elaboração, o qual será devidamente publicado para as questões e esclarecimentos necessários.</p>

Nome	Letícia Theotonio
E-mail	ltheotonio@solvi.com
Origem	Solvi
Questionamento	Sobre fundo garantidor... Como será a estrutura do fundo? Quantas contraprestações serão depositadas na conta do fundo? Estas questões estão em fase de definição, devendo ser publicadas no edital licitatório em elaboração, o qual será devidamente publicado para as questões e esclarecimentos necessários.

Nome	Maria Ap. Possatto
E-mail	mapossatto@gmail.com
Origem	Não informado
Questionamento	Nessa fase a título de contribuição, a sugestão que o número de contraprestação a ser definido pela municipalidade seja de 5(cinco) contraprestações urgentes, por todo período de duração do contrato. Esta sugestão será considerada na elaboração do edital licitatório, quando da elaboração do modelo economico-financeiro.

Nome	Sérgio Augusto Caruso Filho
E-mail	gutocaruso@gmail.com
Origem	Não informado
Questionamento	Qual será a entidade de regulação dos serviços? Haverá remuneração a essa entidade? Que um irá desembolsar essa remuneração e de quanto será? Pelas informações atuais, a entidade reguladora dos serviços deve ser a ARES-PCJ, que já mantém convênio com a Prefeitura Municipal para estes serviços.

Nome	Claudia Oliveira
E-mail	claudia@minhacampinas.org.br
Origem	Minha Campinas
Questionamento	Foi realizado o estudo técnico, quando houve um chamamento público para isso em 2016? Está previsto GPS nos Caminhões de Coleta dessa nova empresa e esses dados ficarão público? O estudo técnico foi obtido após CHAMANETO PÚBLICO, através da apresentação da PMI ora em discussão. Os caminhões coletores em Campinas já são dotados desta ferramenta (RASCOL), que disponibiliza em tempo real a localização e trajeto dos mesmos, devendo permanecer neste novo sistema em discussão.

Nome	Rodrigo Sanches Garcia
E-mail	gaemacampinas@mpsp.mp.br
Origem	Ministério Público
Questionamento	<p>-Porque a publicidade da audiência ocorreu somente na pasta da secretaria de Serviços Públicos e não na página principal? Qual motivo levou a retirada do ar do material e informações sobre a PPP desde domingo, dia 26/08.</p> <p>A publicidade do material foi dada na página inicial da Prefeitura de Campinas, através de atalho inserido na parte superior da página, como também na página interna destinada à Secretaria Municipal de Serviços Públicos.</p> <p>-Anexo II: Quem irá definir o que irá para as cooperativas e o que irá para o CIVAR?</p> <p>Estes quantitativos estarão definidos no Edital Licitação, após o recebimento das contribuições colhidas nesta audiência pública e durante o período de consulta do material. Este edital também será objeto de divulgação prévia conforme manda a legislação pertinente, para os devidos esclarecimentos necessários.</p> <p>-O plano municipal de gerenciamento de resíduos foi realizado em 2012.Quando foi atualizado e em que local estão disponíveis a atualização?</p> <p>As questões de resíduos sólidos do município estão acolhidas no Plano Municipal de Saneamento Básico, publicado e aprovado por Decreto Municipal em dezembro/2013. As atualizações e revisões previstas na Lei Federal 11445 estão a cargo de grupo específico municipal criado para esta finalidade, incluído todos os assuntos referentes ao saneamento básico.</p> <p>-Qual estudo justifica a compactação do reciclável após o 9º ano?</p> <p>Este foi um estudo do proponente dos estudos. Da mesma forma, as contribuições e opiniões colhidas serão devidamente consideradas para a elaboração do edital licitação já citado acima.</p>